

ANEXO VII

LEI COMPLEMENTAR Nº 32, DE 17 DE SETEMBRO DE 2.010

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO E DOS PROFISSIONAIS DE APOIO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Projeto de Lei Complementar nº 1/10, de autoria do Prefeito Municipal.

Eu, **WILSON CARLOS RODRIGUES BORINI**, Prefeito Municipal de Birigüi, do Estado de São Paulo, usando das atribuições que me são conferidas por Lei,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I DO ESTATUTO E PLANO DE CARREIRA E SEUS OBJETIVOS

ART. 1º - Esta Lei reestrutura e reorganiza o Estatuto, Plano de Carreira, Vencimentos e Salários do Magistério Público do Município de Birigui em todos os níveis de ensino, passando a denominar-se Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público e dos Profissionais de Apoio Educacional do Município de Birigui, nos termos das disposições legais vigentes.

ART. 2º - A Educação no sistema municipal de ensino de Birigui será ministrada tendo como princípios:

- I- a gestão democrática da educação:
 - a) participação das comunidades internas e externas;
 - b) fomentar e apoiar a criação de conselhos escolares.
- II- a busca da excelência do ensino público municipal:
 - a) livre acesso e permanência, de preferência mantendo o aluno o mais próximo possível de sua residência, observadas as limitações físicas e financeiras do Município;
 - b) aprendizagem integrada e abrangente;
 - c) exercício consciente da cidadania;
 - d) estimular experiências educacionais inovadoras;
 - e) firmar parcerias públicas ou privadas;
 - f) combater a repetência pela adoção de práticas como aula de reforço, estudos de recuperação e progressão parcial;
 - g) ampliar as possibilidades de permanência do aluno sob

responsabilidade da escola para além da jornada escolar – educação integral.

III- a valorização dos profissionais envolvidos:

a) formação permanente e sistemática de todo o quadro do magistério e de apoio educacional;

b) condições dignas de trabalho para os profissionais do magistério e de apoio educacional;

c) piso salarial profissional;

ART. 3º - Os trabalhadores considerados como profissionais do Quadro do Magistério e Quadro de Apoio Educacional no âmbito do Município de Birigui são aqueles lotados em um dos cargos ou funções gratificadas expostos no anexo V integrante desta Lei.

ART. 4º - Esta Lei Complementar abrange, além dos profissionais de apoio educacional, os profissionais que exercem atividades de docência e os especialistas em educação que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades, aos quais cabem as atribuições de ministrar, planejar, inspecionar, supervisionar, orientar e administrar a educação básica, a educação de jovens e adultos e educação especial.

SEÇÃO II DOS CONCEITOS BÁSICOS

ART. 5º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I- Cargo: o conjunto de atribuições e responsabilidades, criado por lei com denominação própria;

II- Cargo em comissão: é o cargo de confiança de livre nomeação e exoneração, a ser preenchido, também, por servidor de carreira nos casos e condições estabelecidos em lei, conforme a circunstância;

III- Carreira: conjunto de cargos de provimento efetivo por concurso público de provas e títulos;

IV- Carreira do Magistério: conjunto de cargos de provimento efetivo, semelhantes quanto à natureza do trabalho e hierarquizados segundo o grau de complexidade das atribuições, caracterizados pelo desempenho das atividades a que alude o inciso XVII;

V- Classe: conjunto de cargos e funções-atividades da mesma natureza e igual denominação;

VI- Docente: funcionário público, ocupante do cargo de educador e professor, que ministra aula e/ou desenvolve atividades educativas e recreacionistas no sistema municipal de educação;

VII- Escala de Vencimento: é a tabela de padrões de vencimentos atribuídos a um determinado cargo;

VIII- Especialista em educação: funcionário público, ocupante de cargo de suporte pedagógico, responsável pelo desenvolvimento de atividades de planejamento, orientação, execução, avaliação, direção, coordenação ou supervisão de ensino no sistema municipal de educação;

IX- Estatuto: conjunto de normas que regulam a relação funcional dos servidores da administração pública;

X- Função-atividade: conjunto de atribuições e responsabilidades conferidas ao docente contratado por período determinado ou não;

XI- Função gratificada: função de confiança (chefia, direção ou assessoramento pedagógico) para os cargos de Coordenador Pedagógico e Vice-Diretor de Escola e para a qual só possam ser nomeados servidores públicos municipais efetivos.

XII- Grau de referência: progressão horizontal com amplitude de “A” a “Z”;

XIII- Nível: enquadramento vertical automático do servidor, no ato de sua nomeação ou reenquadramento e, dispensados quaisquer interstícios de tempo, nos níveis correspondentes a sua formação acadêmica;

XIV- Padrão de vencimento: conjunto formado pelo nível de formação em que o servidor se encontra e o grau de referência que ocupa;

XV- Plano de carreira: conjunto de normas que definem e regulam as condições e o processo de movimentação dos integrantes em uma determinada carreira;

XVI- Profissionais de Apoio Educacional: servidores lotados no cargo de Babá que atuam nos centros de educação infantil municipais abrangidos por esta Lei Complementar;

XVII- Profissionais do magistério: educadores e professores que exercem funções docentes e especialistas em educação que dão suporte pedagógico à docência nas atribuições de ministrar, planejar, inspecionar, supervisionar, orientar e administrar a educação básica;

XVIII- Progressão Funcional: é a passagem do servidor de seu padrão de vencimentos para outro, superior, dentro da escala de vencimento a que pertence;

XIX- Quadro de Apoio Educacional: conjunto de profissionais ocupantes do cargo de Babá, privativos da Secretaria Municipal de Educação;

XX- Quadro do Magistério: conjunto de cargos relacionados nos itens 1.1, 1.2 e 1.3 do anexo V, integrante desta Lei;

XXI- Remuneração: retribuição pecuniária composta de vencimentos e demais vantagens pecuniárias;

XXII- Unidade escolar: escola municipal de educação básica;

XXIII-Vencimento: retribuição pecuniária básica, fixada em lei, paga mensalmente ao servidor público pelo exercício das atribuições inerentes ao cargo.

CAPÍTULO II

DO QUADRO DO MAGISTÉRIO E DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DE APOIO EDUCACIONAL

SEÇÃO I

DA COMPOSIÇÃO

ART. 6º - O Quadro do Magistério e o Quadro dos Profissionais de Apoio Educacional são compostos de cargos de provimento efetivo, por concurso de provas e títulos, e cargos de provimento em comissão e função gratificada.

ART. 7º - Será composto por classes de docentes, classes de especialistas em educação e classe de apoio educacional, na seguinte conformidade:

I- Classes de Docentes:

- a) Educador de Creche;
- b) Educador de Oficina Curricular;
- c) Professor Auxiliar;
- d) Professor de Educação Infantil;
- e) Professor I;
- f) Professor II;
- g) Professor de Educação Especial.

II- Classes de Especialistas em Educação:

- a) Orientador Pedagógico de CEI;
- b) Diretor de CEI;
- c) Diretor de Escola;
- d) Supervisor de Ensino.

III- Classe de Apoio Educacional:

- a) Babás – (em extinção na vacância.)

ART. 8º - Além do previsto no inciso II do artigo anterior, poderá haver na unidade escolar, conforme módulo de funcionários da Secretaria Municipal de Educação, e dentro das classes de especialistas em educação, a função gratificada de Coordenador Pedagógico e Vice-Diretor de Escola.

PARÁGRAFO ÚNICO - As funções de Coordenador Pedagógico e Vice-Diretor de Escola, nos termos dos artigos 46 e 47 desta Lei Complementar, serão exercidas por docentes titulares de cargos efetivos do Quadro do Magistério.

ART. 9º - Para a função de Coordenador Pedagógico e Vice-Diretor de Escola o servidor receberá, além da remuneração de seu cargo de origem, a retribuição correspondente à diferença entre a jornada semanal desse mesmo cargo e 40 (quarenta) horas semanais, acrescida da gratificação de função de magistério à razão de 5% (cinco por cento) para Vice-Diretor de Escola e 10% (dez por cento) para Coordenador Pedagógico.

§ 1º - A remuneração pelo exercício da função gratificada de Coordenador Pedagógico e Vice-Diretor de Escola será calculada sobre o padrão de referência salarial em que o servidor estiver enquadrado, inclusive sobre a diferença de jornada a que se refere este artigo.

§ 2º - O titular de dois cargos da classe de docentes, em regime de acúmulo legal, quando nomeado para o exercício da função gratificada de Coordenador Pedagógico ou Vice-Diretor de Escola, deverá afastar-se de ambos os cargos que acumula, recebendo a remuneração da função gratificada, caso em que fará jus ao maior padrão de referência entre os dois cargos, complementado com o recebimento da diferença de jornada e da gratificação na forma prevista no *caput* deste artigo.

§ 3º - A gratificação de que trata este artigo será considerada para fins de cálculo de décimo terceiro salário, férias e demais vantagens, enquanto durar o exercício da função.

ART. 10 - Ficam criados, mantidos ou redenominados os cargos constantes dos anexos I e II, que faz parte integrante desta Lei.

SEÇÃO II DO CAMPO DE ATUAÇÃO

ART. 11 - Os integrantes das classes de docentes exercerão suas atividades na seguinte conformidade:

I- Educador de Creche:
Nos Centros de Educação Infantil - CEIs.

II- Educador de Oficina Curricular:
Nas oficinas curriculares das Escolas Municipais com Projeto de Educação Integral, nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental;

III- Professor de Educação Infantil:
Nas classes de educação infantil das Escolas Municipais - EMs, nas Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIs - e nos Centros de Educação Infantil -CEIs.

IV- Professor I:
Nas classes de 1º a 5º anos do Ensino Fundamental, Regular e Supletivo.

V- Professor II:
Nas classes de 6º a 9º anos do Ensino Fundamental nas disciplinas de Educação Física e outras, podendo atuar de 1º a 5º anos com aulas específicas de sua área, a critério da Secretaria Municipal de Educação.

VI- Professor de Educação Especial:
Nas classes de atendimento educacional especializado, nas salas de recursos, dentro de sua especialidade.

§ 1º - Os ocupantes dos cargos de Babá atuarão nos Centros de Educação Infantil em que se encontram lotados.

§ 2º - Poderá haver nas Escolas Municipais o cargo de Professor Auxiliar, destinado a atividades de reforço ou substituições nos impedimentos dos titulares de cargo, inicialmente como função de caráter experimental e mediante contratação em caráter temporário, e, havendo comprovação de sua viabilidade e interesse da Secretaria Municipal de Educação poderão ser oferecidos em concurso público de ingresso os respectivos cargos públicos.

§ 3º - No caso do Professor Auxiliar, a Secretaria Municipal de Educação terá a incumbência de estabelecer, por meio de regulamentação, as formas de seleção e admissão, caso julgue necessária sua atuação junto ao magistério público municipal.

ART. 12 - Os integrantes da classe de especialistas em educação exercerão suas atividades na educação básica.

CAPÍTULO III DO PROVIMENTO

SEÇÃO I DOS REQUISITOS

ART. 13 - Os requisitos para provimento dos cargos de docentes e de especialistas em educação ficam estabelecidos em conformidade com o anexo III, integrante desta Lei.

SEÇÃO II DA FORMA DE PROVIMENTO

ART. 14 - A forma de provimento dos cargos das classes de docentes e de especialistas em educação será feita através de nomeação, mediante portaria do Executivo Municipal, segundo o abaixo enunciado:

- a) em caráter efetivo mediante concurso público de provas e títulos: para os cargos das classes de docentes e de especialistas em educação;
- b) em comissão: para as funções gratificadas de Coordenador Pedagógico e Vice-Diretor de Escola, respeitados os requisitos e critérios estabelecidos nesta Lei.

SEÇÃO III DOS CONCURSOS PÚBLICOS

ART. 15 - O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, a contar da data da sua homologação, prorrogável uma vez por igual período, de acordo com o interesse da administração.

ART. 16 - Os concursos públicos de que trata o ART. 15 desta Lei, serão realizados nos moldes específicos elaborados pela Secretaria Municipal de Educação de Birigui.

ART. 17 - Os concursos públicos reger-se-ão por editais que estabelecerão:

- I- a modalidade do concurso;
- II- as condições para o provimento do cargo;
- III- o tipo e conteúdo das provas e a natureza dos títulos;
- IV- os critérios de aprovação e classificação;

- V- o prazo de validade do concurso;
- VI- número de cargos a serem oferecidos para o provimento e;
- VII- bibliografia.

PARÁGRAFO ÚNICO - Aos candidatos portadores de deficiência habilitados, será reservado, por cargo, o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou que vierem a surgir no prazo de validade do concurso.

ART. 18 - Aos candidatos serão assegurados amplos recursos nas fases do concurso, dentro dos prazos legais estabelecidos nos editais.

SEÇÃO IV DA CONDIÇÃO DO ADIDO

ART. 19 - O docente ocupante de cargo efetivo e o profissional de apoio educacional que por qualquer motivo ficar sem classe e/ou jornada de aula ou de serviço, será considerado como adido.

§ 1º - Havendo vaga em outra unidade escolar o adido deverá ser compulsoriamente designado para ocupá-la.

§ 2º - Caso não haja vaga em outra unidade escolar, o adido ficará à disposição da Secretaria Municipal de Educação e será por esta designado para as substituições ou para o exercício de atividades inerentes ou correlatas às de seu cargo, obedecendo-se as habilidades do servidor.

§ 3º - Com a implantação da educação em tempo integral poderão ficar os docentes e profissionais de apoio educacional adidos sujeitos a prestação de serviços educacionais em projetos relacionados.

§ 4º - Constituirá falta grave, sujeita às penalidades legais, a recusa por parte do adido em exercer as atividades para as quais for regularmente designado.

ART. 20 - Haverá a possibilidade de o docente adido ocupar classes em substituição na unidade de origem, conforme portaria de atribuição de classes ou aulas, a ser regulamentada pela Secretaria Municipal de Educação.

SEÇÃO V DA READAPTAÇÃO

ART. 21 - Readaptação é a atribuição de encargos mais compatíveis com a capacidade física ou mental do funcionário e dependerá sempre de exame médico final.

PARÁGRAFO ÚNICO - O servidor readaptado não pode se recusar a submeter-se a exame médico quando convocado pela administração municipal.

ART. 22 - O readaptado fará jus aos vencimentos de seu cargo

de provimento efetivo, devendo cumprir carga horária de trabalho relativamente ao cargo para o qual for readaptado, salvo nos casos de acúmulo legal de cargos, nos termos previstos pela Constituição Federal, caso em que a jornada a ser observada será a do cargo efetivo do servidor.

ART. 23 - A readaptação não acarretará aumento ou diminuição de vencimentos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso a readaptação seja cessada, o funcionário readaptado deverá retornar ao cargo de origem, ocupando vaga que estiver disponível na rede municipal.

SEÇÃO VI DO PREENCHIMENTO DAS FUNÇÕES-ATIVIDADE

ART. 24 - O preenchimento de funções-atividade das classes de docentes será efetuado mediante substituição por servidor efetivo ou contratação em caráter temporário e emergencial, nos termos desta Lei.

ART. 25 - Os requisitos para preenchimento das funções-atividade, de caráter temporário e emergencial, das classes de docentes, estão estabelecidos no anexo III desta Lei.

CAPÍTULO IV DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

ART. 26 - Estágio probatório é o período de 3 (três) anos de efetivo exercício do funcionário a partir de sua investidura no cargo público, mediante habilitação em concurso público e em virtude da nomeação em caráter efetivo, durante o qual serão apurados os seguintes requisitos:

- I- assiduidade;
- II- disciplina;
- III- eficiência;
- IV- aptidão e dedicação ao serviço;
- V- cumprimento dos deveres e obrigações funcionais;
- VI- capacidade de iniciativa;
- VII- produtividade;
- VIII- responsabilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO: Procedida a avaliação de estágio probatório pela comissão responsável, caberá a esta dar ciência ao funcionário de seu desempenho, como mecanismo de transparência e melhoria do serviço público.

ART. 27 - Findo o prazo do estágio probatório e tendo sido considerado aprovado quanto ao desempenho de suas funções, o funcionário estará automaticamente confirmado no cargo que ocupa, passando do grau de referência em que se encontra para o grau imediatamente superior, na tabela de vencimentos de sua respectiva classe.

PARÁGRAFO ÚNICO: Quando houver mudança de cargo com atribuições diferentes, o funcionário estável aprovado em novo concurso público deverá ser submetido a novo processo de estágio probatório sem prejuízo da progressão via acadêmica e não-acadêmica.

ART. 28 - O estágio probatório será interrompido quando o servidor for designado ou nomeado para cargo ou função de área de interesse que não seja vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para fins de contagem de tempo no estágio probatório deve ser considerado o chamado efetivo exercício do cargo ou função nos termos da legislação municipal vigente.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO DE CARGOS E FUNÇÕES

SEÇÃO I

DA SUBSTITUIÇÃO DAS FUNÇÕES-ATIVIDADE DE DOCENTE

ART. 29 - Poderá haver substituição temporária quando o docente titular e/ou regente da classe, por qualquer motivo interromper o exercício de sua função, respeitado o previsto no artigo 39 desta Lei.

§ 1º - O substituto convocado seja o admitido em caráter temporário ou o titular de cargo efetivo em regime de carga suplementar, será remunerado por hora/aula ministrada, tendo por base a remuneração inicial da tabela de vencimentos da classe de docentes, no nível de formação “I” e grau de referência “A”, independentemente do padrão de vencimentos em que o substituto ou substituído se encontrarem.

§ 2º - A convocação será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação ou pela própria unidade escolar conforme sua urgência.

ART. 30 - A convocação de que trata o parágrafo 1º do artigo anterior, nas ausências ou impedimentos do docente titular e/ou regente de classe, poderá ser efetuada, no interesse da administração, na seguinte ordem e conformidade:

I- Professor Auxiliar: quando o impedimento ou ausência do titular e/ou regente da classe não exceder a 2 (dois) dias;

II- Professor titular de cargo do mesmo campo de atuação: quando o impedimento ou ausência do titular e/ou regente da classe não exceder a 2 (dois) dias;

III- Professor ACT eventual: quando o impedimento ou ausência do titular e/ou regente da classe não exceder a 14 (catorze) dias;

IV- Contrato temporário de trabalho: quando o impedimento ou ausência do titular e/ou regente da classe for igual ou superior a 15 (quinze) dias ou prazo indeterminado.

§ 1º - Para fins de cumprimento do inciso II terá preferência na substituição o professor titular de cargo lotado na mesma unidade escolar e, na falta deste, será

seguida lista de classificação geral do município, desde que o substituto tenha compatibilidade de horário e não exceda a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º - As unidades escolares terão a incumbência de convocar o Professor ACT eventual, nos casos previstos neste artigo.

§ 3º - A substituição quando igual ou superior a 15 (quinze) dias se dará mediante ato do Chefe do Poder Executivo ou do Secretário Municipal de Educação.

§ 4º - Aplicam-se, no que couber, os critérios estabelecidos nos incisos I e II do artigo 77 desta Lei para fins de classificação dos docentes para a substituição em caráter eventual prevista no inciso II deste artigo.

§ 5º - Independentemente do previsto neste artigo, sempre que houver na rede municipal de ensino docente adido nos termos dos artigos 19 e 20, este deverá realizar, prioritariamente, as substituições de docentes e outras atividades determinadas por esta Lei.

ART. 31 - Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, contratar-se-á pessoal para funções docentes, em caráter temporário, nas seguintes hipóteses:

I- para ministrar aulas em classes atribuídas aos ocupantes de cargo ou funções, afastados ou licenciados a qualquer título;

II- para ministrar aulas cujo número reduzido de alunos, especificidade ou transitoriedade não justifiquem o provimento do cargo;

III- para ministrar aulas de reforço ou em projetos educacionais desenvolvidos na rede municipal;

IV- para ministrar aulas decorrentes de cargos vagos ou que ainda não tenham sido criados;

V- para ministrar aulas cujo número seja insuficiente para completar a jornada mínima de trabalho do cargo docente.

ART. 32 - O professor contratado para as funções docentes, em caráter temporário, não integrará o quadro de pessoal efetivo, não comporá a carreira do Magistério, e seu vencimento corresponderá ao número de horas-aula que trabalhar, sendo fixado com base na referência inicial da classe.

PARÁGRAFO ÚNICO - O vencimento, previsto no *caput* será reajustado na mesma época e no mesmo índice em que for revisto o dos servidores da carreira do magistério.

ART. 33 - As contratações temporárias serão efetuadas, observando-se que:

I- O contratado deverá preencher os requisitos mínimos estabelecidos para o cargo do docente a ser substituído e do qual façam parte as atribuições a serem desempenhadas;

II- O contratado deverá se submeter às normas da Administração Municipal, às diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, ao regimento do

estabelecimento de ensino e à legislação pertinente.

ART. 34 - O contratado para o exercício das atividades docentes deverá ficar à disposição da rede municipal de ensino, e exercerá as atividades nas unidades escolares que a compõem, a critério exclusivo da Administração.

ART. 35 - Fica vedado ao professor contratado por prazo determinado:

I- desempenho de qualquer atividade diferenciada das funções do Magistério Público Municipal;

II- a designação para cargo em comissão.

ART. 36 - Fica vedada, para atender necessidade temporária, a contratação de docente ocupante de cargo permanente da rede municipal de ensino que esteja em gozo de licença ou afastamentos previstos na legislação vigente.

ART. 37 - As contratações temporárias serão precedidas por processo seletivo realizado na forma da lei e com peculiaridades estabelecidas em regulamento.

PARÁGRAFO ÚNICO: Quando houver concurso público vigente, o processo seletivo poderá consistir na utilização da lista de candidatos aprovados remanescentes, a critério da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 38 - As contratações para as funções docentes serão feitas por prazo máximo de 1 (um) ano letivo, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o calendário escolar.

ART. 39 - O cargo de Educador de Creche somente comportará substituição nos casos de classes livres, licença-gestante, licença-prêmio e licença para tratar de interesses particulares e far-se-á de acordo com o previsto no inciso IV do artigo 30 desta Lei.

ART. 40 - Quando a substituição temporária do titular e/ou regente da classe for efetuada por docente titular de cargo em regime de carga suplementar, os valores percebidos a título de substituição temporária não se incorporarão em hipótese alguma à remuneração efetiva, para efeito de cálculos ulteriores.

ART. 41 - Em quaisquer dos casos estabelecidos no artigo 30 desta Seção as substituições dos docentes não deverão ultrapassar o ano letivo.

ART. 42 - A Secretaria Municipal de Educação expedirá normas complementares para o cumprimento dos artigos relacionados à substituição de funções docentes.

O ARQUIVO INTEGRAL PODE SER ENCONTRADO NO SITE:

<http://www.camarabirigui.sp.gov.br/leis>